

Breve aproximação entre o saber popular e o saber infantil

MARIA BEATRIZ SETUBAL DE REZENDE SILVA¹

Este artigo pretende, por meio da análise literária de duas obras, a primeira um reconto da lenda popular sobre o Boto, inserida no livro *Amazonas – águas, pássaros, seres e milagres*, de Thiago de Mello, e a segunda o texto infantil *O congo vem aí!*, de Sérgio Caparelli, propor uma breve reflexão sobre o conhecimento produzido nas esferas popular e infantil.

As duas obras foram selecionadas pelos Catálogos Comentados de Literatura Infantojuvenil *Patrimônio e Leitura*, números 1 e 2, que são o resultado de um projeto realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em parceria com o Programa de Alfabetização e Leitura – PROALE/UFF, e com o Curso de Especialização em Literatura Infantojuvenil do Instituto de Letras da UFF, para promover a associação entre os campos da Literatura e do Patrimônio Cultural. O objetivo dos Catálogos é de servirem como um instrumento de apoio aos professores para instigar o interesse dos alunos pelos temas afins ao Patrimônio Cultural, como memória, identidade, diversidade cultural, celebrações, saberes, e assim por diante, por meio da leitura da Literatura.

Neste artigo, pretendo me ater a um aspecto específico que está sempre presente no processo de seleção das obras e na análise que identifica a sua pertinência para veicular temas relativos ao Patrimônio: a relação entre a literatura infantil e o saber popular. Observamos, especialmente, que os textos que se originam de narrativas populares e os textos que privilegiam a percepção infantil como fio condutor da narrativa sempre nos remetem às semelhanças e identidades entre o universo infantil e o universo popular.

Ricardo Azevedo, em artigo intitulado *Literatura infantil: origens, visões da infância e certos traços populares*, relaciona uma série de aspectos sobre as semelhanças

entre esses dois universos e termina por se perguntar: “seria válido dividir a complexa realidade humana, matéria-prima da arte, em abstratos grupos de idade?” (2005, n.p.), ou de classes? Como ele diz, essas divisões podem ser pertinentes em algumas situações, como no caso da escolaridade e dos materiais didáticos que exigem níveis de conhecimento com graus crescentes de dificuldade. Correlatamente, penso que se passa o mesmo no caso do consumo e do acesso às mais diversas tecnologias, que também exigem níveis sociais diversos. Mas, quando se trata da arte de narrar, a diferença entre adultos e crianças, e entre homens cultos e incultos, pode não significar muita coisa.

Baseado em diversos autores como Phillipe Ariès, Peter Burke, Denise Escarpit, entre outros, Azevedo investiga, mais do que as raízes da literatura infantil, a própria *invenção da criança*, ou seja, a definição de um lugar específico para a criança promovido pela sociedade burguesa. Ele diz:

Numerosos estudiosos têm partido do pressuposto de que só se pode, realmente, falar em literatura infantil a partir do século XVII, época da reorganização do ensino e da fundação do sistema educacional burguês. Segundo essa linha de pensamento, antes disso e em resumo, não haveria propriamente uma infância no sentido que conhecemos. (AZEVEDO, 2005, n.p.)

Como também nos diz Zilberman:

Antes da constituição deste modelo familiar burguês, inexistia uma consideração especial para com a infância [...] A nova valorização da infância gerou maior união familiar, mas igualmente os meios de controle do desen-

volvimento intelectual da criança e a manipulação de suas emoções. Literatura infantil e escola, inventada a primeira e reformada a segunda, são convocadas para cumprir essa missão (ZILBERMAN, 1987, p. 14).

No modelo anterior de sociedade, em que os adultos se misturavam às crianças e todos trabalhavam e divertiam-se nos mesmos moldes, as narrativas, identificadas com as histórias da tradição, com a oralidade, não eram apenas um legado, mas, como afirma Walter Benjamin, uma forma de intercambiar experiências. Azevedo resume assim:

Os temas da vida adulta, as alegrias, a luta pela sobrevivência, as preocupações, a sexualidade, a morte, a transgressão das regras sociais, o imaginário, as crenças, as comemorações, as indignações e perplexidades eram vivenciadas por toda a comunidade, independente das faixas etárias. (AZEVEDO, 2005, n. p.)

A arte de narrar na sociedade medieval não discriminava adultos e crianças como públicos diferenciados, pois ela se ocupava dos temas básicos da vida comuns a todos, inclusive às crianças. Não se tratava apenas de uma atividade de entretenimento: a natureza da narrativa sempre se caracterizou por conter uma dimensão utilitária. Segundo Benjamin:

Essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio, numa norma de vida - de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos. [...] o narrador figura entre os mestres e os sábios. Ele sabe dar conselhos: não como para alguns casos, como o provérbio, mas para muitos casos, como o sábio. [...] Seu dom é poder contar sua vida; sua dignidade é contá-la inteira. (BENJAMIN, 1985, *passim*)

O que hoje conhecemos como contos de fadas², contos da tradição, corresponde à capacidade de uma determinada produção de linhagem muito antiga – pois originada de lendas e, antes, dos mitos³ – permanecer produzindo sentidos e ser continuamente reapropriada.

Os contos de fadas originam-se do repertório de contos antigos recolhidos dentre as lendas populares. Não surgem destinados às crianças.

Essas histórias *fundantes* sobrevivem no tempo, entre outras razões, por possuírem um caráter conciso e simbólico que consegue transmitir valores humanos com grande profundidade. Não porque expressam verdades absolutas, mas porque remetem, de forma

visceral, à experiência humana, à nossa existência. Parece que quanto mais sua narrativa é econômica em dar explicações tanto em relação ao caráter dos personagens quanto sobre o desenrolar das ações, e, ainda, em relação à ambientação (contexto) em que a história se passa, mais sentidos encerram. Necessariamente evocam no leitor/ouvinte a sua capacidade para produzir conhecimento, para completar o que não foi dito, para interpretar o que está subentendido, não como algo fixo à narrativa, mas como algo que está lá para ser elaborado, para ser apropriado e reapropriado no transcurso dos tempos.

Por sua vez, a produção literária intencionalmente destinada a jovens e crianças parece possibilitar um tipo de escritura que permite tocar no que é básico e estruturante do conhecimento sobre o mundo, não sendo necessariamente infantil.

As crianças sabem de coisas que nada têm de infantil. Antes de serem “domesticadas” usam o conhecimento primeiro que têm do mundo com uma astúcia e liberdade invejáveis. Aceitam mais facilmente não ter que entender de tudo para levar seu dia a dia e resolvem o que lhes falta com o poder de sua imaginação, com sua capacidade de conhecer pela experiência sensível, intuitiva, instintiva.

Refletir sobre a noção de “infantil” e pensar a trajetória do conceito de “popular” tem o objetivo de desnaturalizar o olhar unilateral das elites sobre a massa da população e o olhar do mundo adulto sobre as crianças. De outro modo, trata-se de reconhecer a riqueza desses dois segmentos da sociedade que vivem segundo outras formas menos legitimadas de conhecer e perceber a realidade, ou seja, por meio do conhecimento empírico, intuitivo, sensível.

Embora não seja meu objetivo aqui fazer uma análise profunda das relações existentes entre esses dois grupos sociais, pretendo apontar, por meio da análise dos textos inicialmente mencionados, a pertinência de uma investigação mais profunda no sentido de relativizar o “domínio natural” para a transmissão do conhecimento pelas elites (especialistas) e pelos adultos aos seus tutelados – população comum e crianças, respectivamente.

Como dizem Palo e Oliveira (1986), no caso das crianças, a justificativa para essa tutela baseia-se nos estudos da aprendizagem que caracterizam o pensamento infantil como instintivo, pré-lógico, que só opera por semelhanças, sem a capacidade abstrativa para lidar com as “complexas redes analítico-conceituais do pensamento lógico-racional”. Além disso, a criança não possui o domínio do código verbal, que exige a posse das convenções e das regras gerais que

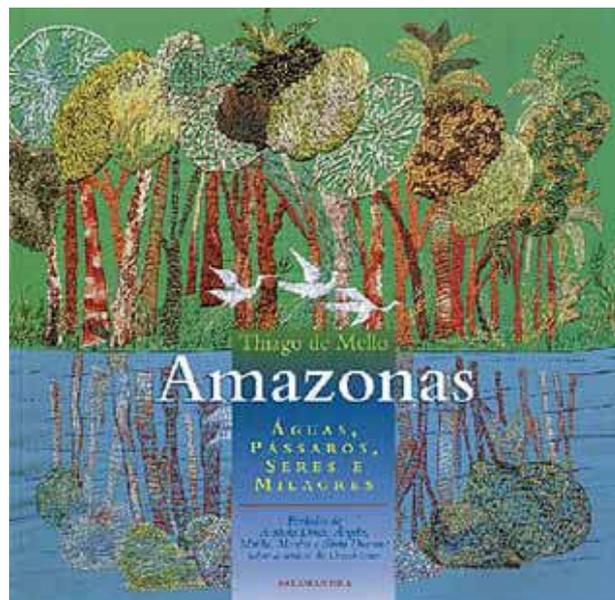
dão acesso à significação geral. Segundo essa perspectiva, “é justamente essa carência da lógica racional, esteio para as estruturas do pensamento ocidental, que faz da criança um ser dependente para a nossa cultura”. Entretanto, na opinião das autoras, é também justamente a especificidade da linguagem infantil que permite à criança conhecer o “lado espontâneo, intuitivo, analógico e concreto da natureza humana”, conhecimento esse que a lógica racional nos condicionou a taxar de inferior ou primitivo para a apreensão da realidade. Assim, porque a criança “é” integralmente e não faz a separação entre o pensamento e o objeto de pensar, por um lado não está apta “a inferências abstratas, e generalizadoras, de uma mente logicamente controlada”, mas, por outro, o pensamento infantil é aquele que trafega pelas vias do imaginário, estabelecendo equivalências e paralelismos, “redescobrimo o princípio de correspondência” que integra cada coisa ao todo universal. Ou seja, a criança está apta à linguagem artística que também se quer icônica, concreta, que se expressa por meio da síntese do real e exige um pensamento igualmente concreto. Essas características poderiam também descrever o modo pelo qual o saber popular se estrutura.

Essas reflexões estão fortemente marcadas pela ideia de que o conhecimento não é absoluto, ou, de outro modo, que todo o conhecimento exige um ponto de partida, uma perspectiva. Como afirma Rocha (2004), nem que nos fosse possível reunir todas as perspectivas sobre um dado objeto, não chegaríamos ao conhecimento absoluto ou à verdade desse objeto.

Nesse sentido, mesmo sem possuírem um determinado conhecimento formal sobre esse ou aquele assunto, o homem comum ou a criança pertencem a um determinado contexto cultural e necessariamente detêm uma linguagem – códigos linguísticos e contextos referenciais compartilhados – que os permite fazer suas leituras de mundo.

Para exemplificar essas considerações por meio da literatura, passo agora à análise dos textos. O primeiro deles, o reconto da lenda do Boto, por Thiago de Mello.

Amazonas apresenta o universo da floresta amazônica numa linguagem que associa prosa poética e informação. Descreve os elementos da natureza a partir da percepção ou apropriação que o homem faz deles, ou seja, trata da natureza do ponto de vista cultural, com dados históricos, geográficos, científicos e principalmente simbólicos e afetivos. Não se trata de um livro sobre o meio ambiente, mas sobre a “cultura da floresta”.



Com essa perspectiva, as lendas, crendices e causos apresentados têm igual ou maior valor para a compreensão do universo da floresta que os dados de caráter mais científico fornecidos sobre a natureza. É um livro que assinala a importância do intercâmbio das várias formas do saber e viver no mundo. Neste caso, colocando o foco nos homens que detêm o conhecimento tradicional da floresta para poder viver nela, conhecimento esse por muito tempo considerado primitivo, fora de qualquer perspectiva de desenvolvimento, mas que hoje se mostra como a alternativa para a própria sobrevivência da floresta e, por assim dizer, do planeta. Desse modo, o texto desconstrói a ideia de floresta como simplesmente natureza, para falar da cultura da região do Amazonas – aquela que entende a natureza como algo que está dentro de nós e não fora.

Fala dos rios, da mata, das plantas, dos seres e do que se pensa sobre eles, alertando o leitor para os chamados povos da floresta – aqueles que vivem seu dia a dia em contato com as leis e a magia desse universo. Certamente aprenderam de tudo com a cultura indígena, mas são hoje pequenos povoados, populações ribeirinhas, seringueiros, conhecidos como populações tradicionais.

No livro, especialmente o reconto da lenda do Boto é exemplar para expressar a ideia de que o conhecimento ou a percepção do real pode se dar sob diversas perspectivas.

A pequena narrativa mistura a fala do cientista com o saber, as crendices, o imaginário e a afetividade locais, mostrando que na cultura da floresta há uma enorme compreensão sobre o isolamento em que as populações vivem e o atrativo que o outro, o desconhecido, o forasteiro, naturalmente exerce sobre elas,

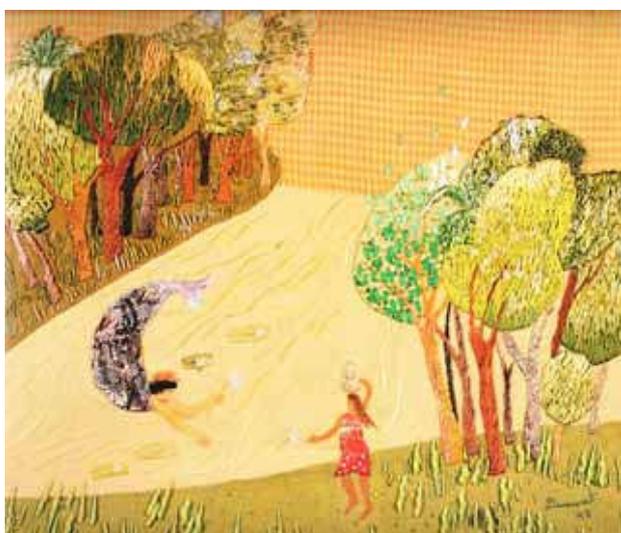
e não só sobre as moças “encantadas pelo boto”. Sobre a legitimidade das narrativas folclóricas, das lendas, o texto diz:

O boto que se encanta só conto porque é verdade [...] Mas sei de muita gente boa, aqui na floresta, que me garante. A começar por minha mãe Dona Maria, santa criatura, que nunca teve precisão de mentir nem é mulher dada a invenções com palavras. O boto vira gente. Isso contam como se conta uma lenda. E se é lenda, conta comigo. Porque o próprio da lenda é a verdade [...]. (MELLO, 1998, p. 36).

Sobre o reconhecimento do isolamento dessas populações e seu encanto/atração pelo novo/descoberto/forasteiro:

O fato é que se conta que a festa vai ser melhor [...] quando aparece no salão um rapaz moreno [...]. Quem me disse porque conheceu de perto certa moça encantada pelo boto, foi minha querida dona Francisca dos Santos, por sinal cabocla de famosa beleza e me garante que nunca deu confiança para boto. Quando solteirinhas da silva, aparecem de barriga empinando, esclarecem em casa, com a cara mais limpa deste mundo:
- Foi o boto. (MELLO, 1998, p. 36)

Essa lenda dá uma lição de inteligência e sensibilidade, revelando uma cultura que se permite, sem moralismos, e reconhecendo o fascínio do “outro”, dar uma saída perfeitamente explicável pela natureza (entendida também como a natureza humana) para as moças que aparecem grávidas sem que haja um parceiro conhecido ou do lugar – é pura poesia, tolerância, sabedoria.



O segundo texto, *O Congo vem aí!*, não só privilegia a perspectiva infantil como o faz para narrar o desenrolar de uma celebração popular, ou seja, associa os dois universos de que falamos: infantil e popular.

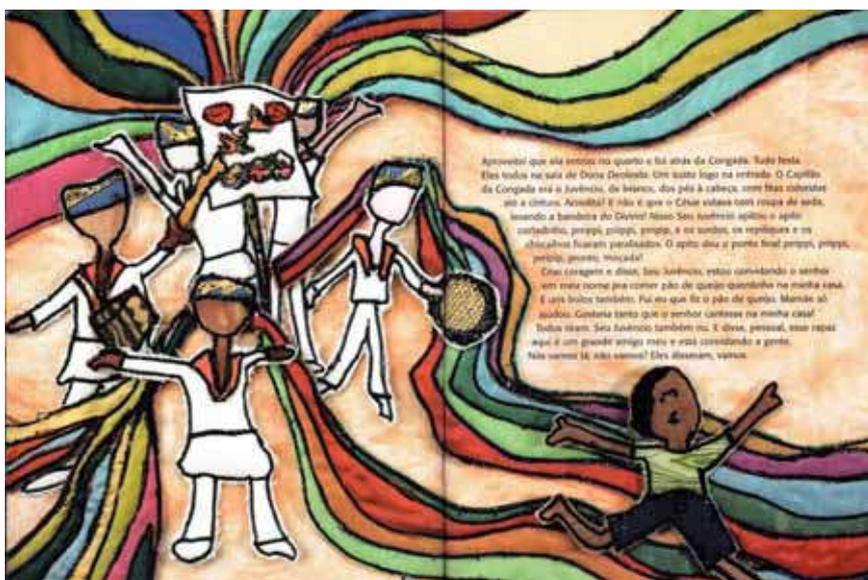
Trata-se de uma família que espera pela passagem do Congo em sua casa, em particular a mãe, que acredita na bênção dessa visita para curar sua filha menor adoentada. Mas toda a preparação da casa e a ansiedade com a festa são contadas pela perspectiva do filho. É uma obra que fala de afeto. Muitas obras fazem isso, ou tentam, mas a novidade, nesse caso, é mostrar como o afeto se manifesta a partir da criança para com seus pares: a mãe, o pai, a irmã, o amigo, o vizinho.

De vez em quando minha mãe fica tomada.
[...] a toalha floreada. Meu pai que trouxe [...];
Eu e Seu Juvêncio éramos amigos, quer dizer, eu era amigo do César, mas quem é amigo do filho acaba amigo do pai.
[...] tem partes da casa com cheiro de lavanda, e outras partes com cheiro de quitanda.
Mamãe tinha os olhos rasos de água.
Papai tomou coragem [...] Conheço papai. (CAPARELLI, 2006, passim)

A situação vivida pelos personagens é extraordinária, ou seja, não faz parte do cotidiano deles, trata-se de uma celebração, de uma festa: a passagem do Congo. Se essa festa é desconhecida por muitos, e se não faz parte da vivência da maior parte dos leitores, pouco importa, porque a experiência de afeto ou da falta dele é comum a todos nós. Esse é o mote utilizado pelo autor para transmitir ao leitor o encantamento e a dimensão afetiva de uma festa da cultura popular.

Aos que não conhecem a Congada é permitido conhecê-la, tanto pelos dados de descrição que são fornecidos pelo texto (vestuário, quitutes, preparação da casa) quanto pela ilustração que praticamente nos faz visualizar a festa, com seu colorido, com o movimento impresso pela originalidade da colagem de tecidos, reproduzindo desde a ansiedade pela festa (a mãe inquieta na janela) até as suas danças, fitas, bandeiras e a atmosfera sagrada de amizade, solidariedade e fé.

O mais interessante, e o que conduz o leitor a também vivenciar a festa, é o comportamento do protagonista, o menino da casa. Atento a todos e a tudo, além de preocupado com seus próprios interesses, como o de comprar um almanaque, é ele quem narra, quem vê e faz tudo para que sua casa receba a visita do Congo, dando seu dinheiro guardado para a



esmola da Congada. Ou seja, a festa tradicional é apresentada pelo ponto de vista da criança, não apenas como observadora do que sentem sua mãe, sua irmã, seu pai e seus amigos, mas como protagonista por excelência dos acontecimentos.

Esse livro rompe com a ideia de que o folclore é alguma coisa distante no tempo ou específico de um lugar, porque, por meio da atmosfera afetiva criada, torna-se possível ao leitor o estabelecimento de relações com outras manifestações culturais, costumes, hábitos que ele porventura vivencie, falando mais alto o sentido que a tradição tem em sua própria vida.

Com esses dois exemplos, o relato de uma lenda/conto tradicional e a narrativa na perspectiva infantil sobre uma festa popular, é possível demonstrar que a compreensão infantil ou a compreensão popular das coisas produzem, em si mesmas, formas de conhecimento não hierarquicamente inferiores ao conhecimento lógico-racional dos adultos ou ao conhecimento técnico-científico dos especialistas, mas diversas desses conhecimentos e, a um só tempo, complementares a eles. A possível identidade entre o saber infantil e o saber popular e as especificidades de cada um desses saberes parecem indicar um caminho fértil para a reflexão sobre as alternativas de comunicação e de sensibilização, envolvendo as mais variadas ações educativas. 🌱

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Ricardo. *Literatura infantil: origens, visões da infância e certos traços populares*. (texto veiculado pela Internet, 2005). Disponível em: <http://www.ricardoazevedo.com.br/artigo07.html>. Acesso em: mar. de 2006.

_____. *Como o ar não tem cor, se o céu é azul?* – Vestígios dos Contos Populares na Literatura Infantil. São Paulo, 1997. 324f. Dissertação.

(Mestrado em Letras) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997. Disponível em: <http://www.ricardoazevedo.com.br/festacad.html>. Acesso em: jun. de 2006.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas, v. 1. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CAPPARELLI, Sérgio. *O congo vem aí!* Ilustrações de Carlos Eduardo Cinelli e Warley Goulart. São Paulo: Global, 2006

IPHAN - COPEDOC. *Patrimônio e leitura: catálogo comentado de literatura infanto-juvenil*. Coordenação geral e apresentação Maria Beatriz Rezende. 2007.

MELO, Ricardo Moreno de. *Cultura popular: pequena discussão teórica*. Disponível em: <http://br.monografias.com>. Acesso em: jun. de 2006.

MELLO, Thiago de. *Amazonas – águas, pássaros, seres e milagres*. Bordados de Antônia Diniz, Ângela Marilu, Martha e Sávila Dumont sobre desenhos de Demóstenes. Rio de Janeiro: Salamandra, 1998.

PALO, Maria José; OLIVEIRA, Maria Rosa D. *Literatura infantil – voz de criança*. São Paulo: Ática, 1986.

SILVA, Maria Beatriz Setubal de Rezende. *O fenômeno da leitura nos campos da Literatura e do Patrimônio Cultural*. Niterói, 2005, 78f. Monografia (Pós-Graduação em Literatura Infanto-Juvenil). Universidade Federal Fluminense, 2006.

ROCHA, Sílvia Pimenta Velloso. Os abismos da suspeita: Nietzsche e o perspectivismo. In: *Colóquios de Filosofia – Cadernos do Departamento de Filosofia da PUC Rio*, n. 18, [O que nos faz pensar]. Setembro de 2004.

_____. *Teorias da leitura: o papel do ensino*. São Paulo: SENAC, 2000.

ZILBERMAN, Regina. A criança, o livro e a escola. In: *A literatura infantil na escola*. 7. ed. São Paulo: Global, 1987, p.13-21.

1 Arquiteta. Especialista em Literatura Infantojuvenil pela UFF. Técnica em Preservação do IPHAN. Coordenadora do Projeto “Patrimônio e Leitura” do IPHAN.

2 Fada (Do lat. fata, pl. de *fatum*, destino, fado).

3 Relatos ou narrativas de origem remota e significação simbólica, presentes em todas as culturas. O mito aparece e funciona como mediação entre o sagrado e o profano, condição necessária à ordem do mundo e às relações entre os seres. Caracterizam-se por serem cosmogônicos, surgem para explicar ou “fundar” mundos.